

Desempenho da atividade industrial no Estado da Paraíba (2016 a 2022)

Wilton Macedo Santos¹ , Byanca Pereira Soares¹ , Gustavo Joaquim Lisboa¹ , Aniram Lins Cavalcante¹ 

¹ Programa de Pós-Graduação em Economia Regional e Políticas Públicas (PERPP) – Departamento de Ciências Econômicas (DCEC) – Universidade Estadual de Santa Cruz – Ilhéus – Bahia – Brasil

Resumo: O presente artigo analisa o desempenho da indústria paraibana e as despesas aplicadas no desenvolvimento do setor entre 2016 e 2022. Com base nos dados secundários do Portal da Transparência da Paraíba, do IBGE, do Ministério do Trabalho e da Companhia de Desenvolvimento da Paraíba (CINEP), a pesquisa descreve a evolução dos investimentos públicos voltados à atividade industrial, bem como os indicadores de geração de empregos, a implantação de unidades e a participação setorial no PIB. Os resultados apontam para uma atuação estratégica do Estado, por meio da CINEP, do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Industrial da Paraíba (FAIN) e dos incentivos locacionais, os quais contribuíram para atrair empreendimentos, diversificar a matriz produtiva local e fortalecer o setor, especialmente nas indústrias de transformação, apesar dos impactos da pandemia.

Palavras-Chave: CINEP. Desenvolvimento industrial. Paraíba. Políticas públicas. FAIN.

Performance of Industrial Activity in the State of Paraíba (2016–2022)

Abstract: O presente artigo analisa o desempenho da indústria paraibana e as despesas aplicadas no desenvolvimento do setor entre 2016 e 2022. Com base nos dados secundários do Portal da Transparência da Paraíba, do IBGE, do Ministério do Trabalho e da Companhia de Desenvolvimento da Paraíba (CINEP), a pesquisa descreve a evolução dos investimentos públicos voltados à atividade industrial, bem como os indicadores de geração de empregos, a implantação de unidades e a participação setorial no PIB. Os resultados apontam para uma atuação estratégica do Estado, por meio da CINEP, do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Industrial da Paraíba (FAIN) e dos incentivos locacionais, os quais contribuíram para atrair empreendimentos, diversificar a matriz produtiva local e fortalecer o setor, especialmente nas indústrias de transformação, apesar dos impactos da pandemia.

Keywords: CINEP. Industrial development. Paraíba. Public policies. FAIN.

Citação deste Artigo (ABNT)

SANTOS, Wilton M.; SOARES, Byanca P.; LISBOA, Gustavo J.; CAVALCANTE, Aniram L. Desempenho da atividade industrial no Estado da Paraíba (2016 a 2022). *Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas*. v.23, n.2, 7-22, 2026.

Recebido em 03/02/2026.

Aprovado em 11/02/2026.

Autor para Correspondência

Wilton Macedo Santos
wmsantos@uesc.br



Copyright: © 2026 Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas.

This article is an open access article distributed under the terms and conditions of the Creative Commons Attribution (CC BY) license.

INTRODUÇÃO

A industrialização é historicamente reconhecida como um dos principais motores do desenvolvimento econômico e social. A experiência internacional demonstra que o avanço da indústria está associado ao aumento da produtividade, à geração de empregos formais e ao fortalecimento da capacidade tecnológica dos países. No Brasil, esse processo se intensificou a partir da década de 1930, quando o Estado passou a atuar na qualidade de agente promotor do crescimento por meio de políticas de substituição de importações e investimentos em infraestrutura (Chaves, 2008; Fiani, 2007). A consolidação de um parque industrial produziu efeitos positivos sobre o mercado interno, já que contribuiu para a urbanização, a diversificação produtiva e a integração do território.

Na Paraíba, a Companhia de Desenvolvimento da Paraíba (CINEP) é a principal responsável pela formulação e execução da política industrial do Estado. Criada em 1965, a Companhia atua na atração de investimentos, na gestão de incentivos fiscais e locacionais e no suporte técnico a empreendimentos industriais. A ação desse órgão tem sido decisiva para os diversos ciclos de crescimento do setor, especialmente a partir da década de 1990, quando se intensificaram os programas de concessão de terrenos e incentivos tributários voltados à instalação de empresas nos distritos industriais (CINEP, 2016).

Entre 2016 e 2022, observou-se uma intensificação das estratégias estaduais de fomento à indústria. De acordo com dados do Portal da Transparência da Paraíba, os investimentos públicos no setor apresentaram crescimento expressivo, ainda que com oscilações ao longo do tempo. No quadriênio 2019-2022, especificamente, a CINEP aprovou 232 projetos com concessão de incentivos fiscais, o que resultou na geração de 5.611 empregos diretos (Rodrigues, 2023, p. 24).

Os resultados apontam também para desafios persistentes: produção industrial concentrada em poucos municípios, sobretudo em João Pessoa e em Campina Grande; diversificação setorial restrita nas regiões interioranas (Mendes et al., 2012; Silva, 2014). A predominância da indústria de transformação e a participação limitada de outros setores indicam a necessidade de políticas

complementares voltadas à interiorização do desenvolvimento e à complexificação produtiva.

O objetivo geral deste artigo é, portanto, analisar a ação governamental e a dinâmica econômica da Paraíba, no período de 2016 a 2022, com base na evolução dos gastos públicos, da produção e do emprego, sob o ponto de vista regional. Os objetivos específicos são: (1) descrever a trajetória da produção industrial e do PIB paraibano e sua participação na região Nordeste; (2) averiguar comparativamente a execução das despesas nos setores econômicos do Estado no decorrer desse tempo; (3) apresentar o processo de implantação de unidades industriais e seu impacto na geração de emprego no contexto nordestino.

METODOLOGIA

Área de Estudo

O estado da Paraíba está localizado na região Nordeste do Brasil e a capital é a cidade de João Pessoa. De acordo com o Censo de 2022, o Estado possui uma população de 3.974.495 habitantes e uma densidade demográfica de 70,39 habitantes por quilômetro quadrado (IBGE, 2022).

Método de Pesquisa

A presente pesquisa tem natureza estatístico-descritiva, analítica e comparativa. A observação concentrou-se na atividade industrial e em outros setores do Estado da Paraíba nos anos entre 2016 e 2022. Por meio do método estatístico-descritivo, calculou-se a evolução na execução das despesas no período em questão. Posteriormente, realizou-se um comparativo entre a Paraíba, os agregados regionais (Nordeste) e nacionais (Brasil) para contextualizar o desempenho estadual. O objetivo foi destacar possíveis assimetrias, convergências ou especificidades da dinâmica industrial paraibana em face de contextos mais amplos.

Complementarmente, verificou-se a evolução do Valor Adicionado Bruto da produção e do PIB paraibano (2016 a 2022) e a participação relativa de cada segmento da indústria de transformação em relação ao total do setor no Estado, mediante variáveis como número de estabelecimentos e de pessoal ocupado.

Por tratar-se de valores monetários, foi necessário deflacionar os valores absolutos com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Nesse contexto, após a correção dos efeitos inflacionários, é possível observar a variação das despesas, do Produto Interno Bruto (PIB) e do PIB per capita. Esse processo engloba as mudanças advindas do crescimento econômico.

Verificou-se a evolução de variáveis-chave — número de estabelecimentos e nível de emprego — por meio do cálculo de variações percentuais ano a ano e da variação acumulada no período. Essa análise possibilitou identificar tendências de crescimento ou de retração, bem como momentos de inflexão associados a mudanças econômicas ou a políticas públicas.

Coleta de Dados

A metodologia adotada neste estudo se baseou em fontes secundárias. Foram utilizados materiais bibliográficos (livros, artigos, relatórios de pesquisa etc.) e dados estatísticos do Portal da Transparência da Paraíba, do IBGE, do sistema RAIS/CADGED do Ministério do Trabalho e Emprego e da Companhia de Desenvolvimento da Paraíba (CINEP). Os registros do IBGE obedecem às divisões do CNAE 2.0 (até 2022). O tratamento e o cruzamento das informações foram realizados com o auxílio do software Excel. O recorte temporal justifica-se em razão da maior disponibilidade de dados oficiais e da identificação de uma fase de reconfiguração institucional das políticas industriais no Estado. O intervalo 2016-2022 reúne tanto os efeitos de crises fiscais e sanitárias quanto os esforços para o planejamento regional e a retomada econômica.

É importante destacar algumas limitações que permeiam este estudo e que devem ser consideradas na interpretação dos resultados. Em primeiro lugar, a utilização de dados secundários e agregados impossibilita a realização de análises modelares e de causalidade; ou seja, é possível observar e descrever a correlação dos investimentos com os indicadores do desempenho industrial na Paraíba, porém, não é viável a aplicação de modelos econométricos para demonstrar que tais

investimentos tenham sido a causa direta dos efeitos produzidos. Outra restrição diz respeito ao Portal da Transparência do Estado da Paraíba, que mudou a metodologia de divulgação de informações em 2015, o que justifica a coleta a partir de 2016.

RESULTADOS

Evolução da produção industrial e do PIB paraibano e o contexto nordestino

Esta seção analisa a evolução do Valor Adicionado Bruto (VAB) nos setores da agropecuária, indústria e serviços na Paraíba e no Nordeste, entre 2016 e 2022. O objetivo é compreender a estrutura produtiva regional e suas transformações no decorrer desse tempo.

A Figura 1¹ apresenta a participação dos subsetores industriais no Valor Adicionado Bruto (VAB) do Nordeste (2016-2022). Em primeiro lugar, destaca-se a indústria de transformação, com percentuais que variam de 50% a 55%. A partir de 2020, observa-se uma tendência de crescimento, visto que a contribuição aumenta de 47,2% para 55,8% em 2022. Esse movimento pode indicar uma série de fatores, como desafios econômicos, mudanças na demanda ou até um processo de desindustrialização relativa.

Em segundo lugar, aparece o subsetor da construção, que manteve uma participação relativamente estável, embora com propensão ao declínio (entre 32% e 19%). Esse comportamento evidencia certa sensibilidade do setor, possivelmente devido à ausência de investimentos em infraestrutura ou à redução de programas habitacionais.

A participação dos subsetores de eletricidade e gás, água, esgoto, gestão de resíduos e descontaminação (20%), bem como da indústria extrativa (5%), foi modesta. Os dados indicam que determinadas atividades — mineração e exploração de petróleo — têm peso insignificante no VAB industrial do Nordeste.

Em resumo, a indústria nordestina é majoritariamente impulsionada pelas indústrias de

¹ Todas as tabelas e figuras estão disponíveis na seção “Apêndice”, ao final do texto do artigo, após a lista de Referências.

transformação, seguidas do setor da construção. Os demais subsetores apresentam impacto limitado. A queda na participação do subsetor dominante a partir de 2018 merece atenção especial, visto que pode sinalizar fragilidades ou transformações estruturais na base produtiva regional.

A figura 2 apresenta a evolução da participação dos subsetores industriais no Valor Adicionado Bruto da Paraíba entre 2016 e 2022. Verifica-se um cenário de concentração produtiva e de mudanças. Ao longo do período, as indústrias de transformação se consolidaram e atingiram um patamar de 60% a 70% do VAB industrial no Estado. Tal supremacia mostra o peso do polo têxtil agreste, da produção de alimentos e de bebidas e do segmento de minerais não metálicos (cerâmicas e cimento, por exemplo). Em 2020, nota-se, porém, uma suave erosão desse subsetor. Trata-se de um resultado possivelmente associado à retração de investimentos e aos efeitos da pandemia.

O subsetor da construção civil apresenta comportamento cíclico. A recuperação observada em 2020 sugere uma resposta positiva aos programas habitacionais estaduais e federais, além dos investimentos em infraestrutura e logística.

As indústrias extrativas mantiveram uma participação residual abaixo de 5%, o que evidencia a subutilização do potencial do Estado. Essa baixa representatividade contrasta com o desempenho de estados vizinhos (como o Rio Grande do Norte) na extração de minerais.

A Tabela 1 apresenta a evolução do Produto Interno Bruto (PIB) no Brasil, na região Nordeste e respectivos estados, 2016 a 2022. Os dados indicam que a Paraíba vivenciou um ciclo de expansão econômica consistente, ao demonstrar resiliência diante dos choques externos, com destaque para a recuperação no pós-pandemia.

Entre 2016 e 2022, o PIB do Nordeste passou de R\$ 898,4 bilhões para R\$ 1,02 trilhão em valores reais, o que representou uma expansão de 13,9%, percentual inferior à média nacional (18,6%). Maranhão e Piauí destacaram-se, impulsionados por investimentos em agropecuária e energias renováveis, enquanto a Bahia manteve a liderança regional com R\$ 296,8 bilhões em 2022. Pernambuco, apesar de consolidar-se na segunda posição, apresentou crescimento mais moderado. A Paraíba evidenciou avanços contínuos em valores absolutos. Alagoas foi o único estado a registrar

retração no ano de 2022 (-5,7% em relação a 2021), o que indica fragilidades setoriais persistentes. Assim, a análise mostra uma região em processo de reconfiguração econômica, com novos polos produtivos que desafiam a hierarquia tradicional. Ainda que estados menores tenham mostrado dinamismo, o Nordeste cresceu abaixo da média nacional, em razão dos desafios estruturais para alcançar um desenvolvimento equilibrado.

A Paraíba apresentou um crescimento moderado, porém consistente, do Produto Interno Bruto (PIB) a preços constantes de 2016. O estado passou de R\$ 59,1 bilhões em 2016 para R\$ 63,5 bilhões em 2022 — uma alta de 7,4%, em valores reais. Esse desempenho indica resiliência e estabilidade econômica, especialmente em um contexto pandêmico.

Entre 2016 e 2022, a participação do Nordeste no PIB nacional apresentou um leve declínio, passando de 14,3% para 13,8%, enquanto o Sudeste manteve a liderança com 53,3%. A economia nordestina concentrou-se na Bahia, em Pernambuco e no Ceará. Juntos, esses Estados respondem por 62,1% do PIB regional em 2022. Destacam-se o Maranhão e o Piauí, que ampliaram sua participação graças a um desenvolvimento acima da média, impulsionado por investimentos em agropecuária e energia renovável. Por outro lado, Paraíba, Alagoas e Sergipe perderam relevância, com desempenho abaixo da média nordestina. O Centro-Oeste, apesar de ter o agronegócio como principal atividade econômica, apresenta menor participação que o Nordeste (Tabela 2). Os dados sugerem a necessidade de políticas regionais específicas para estimular os estados que perderam participação, com ênfase na diversificação industrial e em cadeias produtivas estratégicas.

Do ano de 2016 ao ano de 2022, o Produto Interno Bruto (PIB) per capita cresceu significativamente em todas as regiões brasileiras. No âmbito nacional, houve um avanço de 20,4%. Os valores passaram de R\$ 30.422 em 2016 para R\$ 36.609 em 2022. A região Nordeste evoluiu de R\$ 15.784 em 2016 para R\$ 18.727 em 2022, um aumento de 18,7%, porém, ainda abaixo da média nacional. Isso confirma que o Nordeste permanece menos desenvolvido em termos de renda por habitante e mantém um hiato significativo em relação ao Sudeste e ao Centro-Oeste, regiões que,

em 2022, apresentaram PIB per capita de R\$ 46.692 e R\$ 48.419 mil, respectivamente. Esses valores são mais que o dobro dos registrados no Nordeste (Tabela 3).

No âmbito regional, nos Estados do Piauí e Maranhão, tradicionalmente os mais pobres, o crescimento foi mais expressivo: o Piauí passou de R\$ 12.894 para R\$ 16.426 (27,4%); o Maranhão, de R\$ 12.268 para R\$ 15.214 (24,0%). Houve, portanto, uma redução relativa das disparidades internas. No topo estão a Bahia, o Rio Grande do Norte e a Paraíba, que apresentaram PIB per capita de R\$ 20.996, R\$ 20.944 e R\$ 15.974, respectivamente, em 2022. Embora esses valores sejam superiores aos de outros estados nordestinos, permanecem substancialmente abaixo das médias das regiões Sul (R\$ 41.256) e Sudeste.

Os dados indicam que, apesar do progresso na redução das desigualdades internas no Nordeste, o distanciamento econômico entre essa região e as mais desenvolvidas do país ainda é um dos principais desafios para um desenvolvimento mais equilibrado.

Execução das despesas públicas nos setores econômicos do Estado da Paraíba

Compreender a forma por meio da qual os governos executam as respectivas despesas possibilita uma melhor avaliação das políticas de incentivo ao desenvolvimento. A Paraíba tem demonstrado preocupação com essa questão. Para tanto, destina parte do orçamento para fomentar setores que compõem a economia estadual.

A Figura 3 mostra a execução das despesas públicas no Estado da Paraíba (2016-2022). O setor agrícola apresenta um comportamento concentrado. Nos anos de 2016 a 2018, registra-se um crescimento gradual, possivelmente associado às políticas de fortalecimento da agricultura familiar e ao programa de irrigação. Em 2019 houve, no entanto, redução dos recursos destinados a esse ramo de atividade. A queda pode estar vinculada tanto a ajustes fiscais quanto a mudanças nas prioridades do governo. A recuperação parcial observada em 2021 e em 2022 sugere um reposicionamento da agricultura como eixo estratégico de segurança alimentar e de convivência com períodos de seca.

O setor de comércio e serviços apresenta uma constância na destinação das despesas do

Estado. Particularmente em 2020, ano marcado pela pandemia de Covid-19, observou-se um acréscimo nos recursos por meio de subsídios reservados para essa área. A medida representa uma estratégia de proteção e de valorização desse segmento, o que revela a sua importância para a economia paraibana.

O setor industrial mostrou-se o mais sensível à conjuntura do país. A queda de financiamento em 2018 e 2019 afetou a indústria local e evidencia os efeitos das políticas de austeridade do governo federal a partir de 2016. A capacidade de recuperação, demonstrada nos anos subsequentes à crise sanitária e às medidas econômicas, indica, contudo, resiliência do setor e o compromisso do governo em mantê-lo como parte fundamental da matriz econômica estadual.

Sem dúvida, o governo da Paraíba adotou uma abordagem pragmática na alocação de recursos, por meio da qual privilegiou a agricultura e a agropecuária, enquanto ajustava os investimentos nos ramos do comércio, serviços e indústria, conforme as necessidades específicas de cada período.

A evolução dos gastos públicos no setor agrícola paraibano indica uma política fortemente agrária, voltada à manutenção da máquina administrativa, com prioridade para o custeio de pessoal e dos órgãos de fomento. Tais despesas predominaram e atingiram picos (R\$ 180 milhões) nos anos 2021 e 2022, o que demonstra ênfase na operação cotidiana, especialmente durante as crises.

Os investimentos em infraestrutura e projetos em longo prazo são reduzidos, situam-se entre R\$ 20 milhões e R\$ 40 milhões. Esse nível de aporte evidencia uma expansão limitada da estrutura agrícola no Estado. Verifica-se uma política agrícola predominantemente reativa, com ênfase no custeio em detrimento de investimentos estruturantes. Tal abordagem pode comprometer os ganhos de produtividade e a sustentabilidade no campo paraibano e indica ausência de um padrão consistente de planejamento estratégico para o setor.

Outras despesas correntes (manutenção, serviços e insumos) apresentam comportamento imprevisível, com ápice em 2022 (R\$ 40 milhões), após por forte queda em 2020 (cerca de R\$ 30

milhões), o que indica descontinuidade nas políticas estruturantes (figura 4).

O padrão observado na figura 5 mostra que, em vez de modernizar e expandir, o governo estadual priorizou a manutenção dos serviços existentes. Apesar da leve recuperação dos investimentos no fim do período, os valores permaneceram abaixo do pico de 2018, o que sugere a necessidade de maior equilíbrio entre custeio e investimentos estratégicos para impulsionar o desenvolvimento do setor em longo prazo.

A análise das despesas no setor de serviços da Paraíba entre 2016 e 2022 (figura 6) revela a predominância de gastos com pessoal nos órgãos de fomento (manutenção e operações). As despesas correntes apresentaram picos de 2019 a 2022, possivelmente em decorrência dos impactos da pandemia de COVID-19. Onde os estados da federação aumentaram substancialmente seus gastos. Os investimentos tiveram maior expressão apenas em 2019, seguidos por forte queda em 2020 e recuperação modesta em 2021-2022.

Com base nos dados consolidados até o último ano do gráfico (2022), é possível observar que o grupo de despesas de “Pessoal e encargos sociais” consome até 55% do orçamento. “Outras despesas correntes” respondem por 40% a 45% do total. “Investimento” fica com uma fatia mínima, que varia de 5% a 10%. Essa distribuição caracteriza um perfil de gasto tipicamente vinculado ao custeio da administração, com espaço limitado para investimentos.

Conforme denota a figura 6, as despesas do setor industrial da Paraíba (2016 a 2022) seguiram um padrão de investimento volátil, com pico expressivo em 2018 e drástica redução nos anos seguintes. Enquanto os investimentos seguiram uma trajetória regular, as despesas correntes mantiveram relativa estabilidade, com aumento perceptível em 2021, provavelmente devido às medidas emergenciais implementadas durante a pandemia. Os gastos com pessoal, embora mais altos que as demais modalidades, foram decrescentes e indicam redução de custos, porém, com elevado grau de absorção de recursos no setor agrícola.

O padrão observado sugere uma descontinuidade na política industrial. O investimento estatal ocorreu em fases. Apesar da

discreta recuperação em 2021 e 2022, os valores permanecem abaixo do patamar de 2018. Isso pode ocasionar mudanças nas estratégias de desenvolvimento da indústria ou restrições orçamentárias no pós-pandemia.

A análise dos grandes setores econômicos da Paraíba aponta para uma nítida desaceleração e descontinuidade nos investimentos estratégicos, enquanto as despesas com custeio mantiveram-se estáveis ou cresceram eventualmente, impulsionadas por medidas emergenciais, como ocorreu durante a pandemia. Os investimentos sofreram quedas bruscas após altas breves e isoladas (o caso do setor industrial em 2018, por exemplo). Essa abordagem mostra uma gestão de ajustes de gastos conforme crises momentâneas, mas carente de um compromisso com políticas de longo prazo, necessárias ao desenvolvimento econômico de forma estruturante.

Evolução da implantação de unidades industriais e geração de emprego no Estado da Paraíba em análise comparativa ao contexto nordestino

De acordo com a tabela 4, o panorama industrial na Paraíba e no Nordeste (2016-2022) exhibe uma trajetória marcada por desafios e recuperações com dinâmicas distintas. Observa-se uma retração acentuada, seguida por um vigoroso processo de retomada particularmente nos dois últimos anos. Na Paraíba, o cenário foi inicialmente desfavorável com declínio persistente no número de unidades industriais entre 2016 e 2020. O Estado partiu de 1.746 estabelecimentos industriais em 2016 para 1.586 em 2020, uma redução de 9,2% em apenas 5 anos. Com uma queda de 3,76%, o ano de 2020 foi especialmente crítico em consequência dos impactos iniciais da pandemia de Covid-19 na atividade industrial. Esse quadro se reverte nos dois últimos anos. Em 2021, a Paraíba tem um crescimento expressivo de 9,21%. Em 2022, a expansão é ainda mais robusta (10,51%) e alcança o número recorde de 1.914 unidades industriais.

O estudo revela contrastes significativos no desempenho da Paraíba em comparação ao contexto regional. Enquanto o Estado passou por uma queda que foi revertida somente em 2021, o Nordeste demonstrou maior resiliência, pois iniciou sua recuperação em 2018. A retomada, no entanto, foi mais vigorosa na Paraíba, com taxas de

crescimento anual que atingiram quase o dobro das registradas na Região.

A reversão na Paraíba, observada especialmente a partir de 2021, pode ser atribuída a vários fatores: superação dos efeitos da pandemia; retomada de investimentos públicos e privados; políticas de incentivo à industrialização.

A análise dos dados mostra que o setor industrial é sensível a fatores externos e a flutuações econômicas. Para garantir que a expansão dessa atividade não seja passageira, são necessárias políticas públicas consistentes que promovam diversificação, aumento da produtividade e inovação tecnológica.

A figura 7 apresenta a trajetória dos estabelecimentos por grande setor econômico na Paraíba. O comércio oscilou de 25% a 30%, condição que mostra sensibilidade à conjuntura econômica, com queda perceptível em 2020, ano da pandemia de Covid-19, e recuperação parcial posterior. A indústria manteve participação modesta (15% a 20%), com ligeira tendência de declínio a partir de 2019, possivelmente em razão do desafio da industrialização regional. A construção civil variou entre 5% e 10%, um comportamento cíclico típico do setor, com pico em 2018, seguido de contração. A agropecuária apresentou a menor participação (menos de 5%), porém, com relativa estabilidade, o que indica seu papel secundário na estrutura empresarial formal do Estado.

A análise da evolução das unidades industriais na Paraíba mostra uma predominância consistente (participação acima de 60%) da indústria de transformação no intervalo 2016-2022, com um leve declínio a partir de 2019. Esse setor, que inclui atividades como têxteis, alimentos, e bebidas, foi o pilar central da indústria paraibana, a despeito dos impactos da pandemia de Covid-19 em 2020.

A construção civil registrou a segunda maior participação (de 20% a 30%), mas sofreu uma queda acentuada em 2019, seguida de recuperação parcial. Essa variação demonstra uma sensibilidade do setor aos ciclos econômicos e à pandemia. De acordo com Andrade (2021), apesar das dificuldades, o segmento voltou a crescer em 2019 e em 2020, anos em que a maioria das empresas evoluiu nos indicadores liquidez,

endividamento, rentabilidade e, consequentemente, nos investimentos.

O serviço industrial de utilidade pública do Estado — que engloba energia e saneamento — manteve participação estável em torno de 10%, enquanto “extrativa mineral” teve presença residual inferior a 5%, com destaque para a limitada exploração de recursos. A trajetória geral indica uma estrutura concentrada e pouco diversificada, com desafios para ampliar a complexidade produtiva e reduzir a dependência da transformação industrial tradicional (figura 8).

Entre 2016 e 2022, o emprego formal na indústria da Paraíba seguiu uma trajetória semelhante à do Nordeste (Tabela 5), porém, com variações mais acentuadas. Inicialmente, ambos apresentaram queda: o Estado perdeu 4,4% dos postos em 2017; a Região recuou 1,92%. A retração continuou até 2019, ano em que a Paraíba acumulou uma redução de 8,3% contra 2,1% do Nordeste. Esses dados demonstram crises econômicas e baixa resiliência do mercado de trabalho local.

Em 2020, a Paraíba cresceu 1,54%, superando o Nordeste em 0,51%, possivelmente devido às políticas estaduais de incentivo fiscal ou à recuperação de setores-chaves. Nos anos seguintes, ambos progrediram: em 2021, a Paraíba alcançou um patamar de 5,8%; em 2022, 7,6%, índice inferior aos 8,81% regionais.

Apesar desse desenvolvimento, a Paraíba encerrou o ano de 2022 com apenas 6% de aumento no número de empregos, comparado a 2016, enquanto o Nordeste avançou 12,6% (2016-2022). Isso indica que o Estado enfrenta desafios para acompanhar o dinamismo regional. Após perdas significativas, a indústria paraibana voltou a se desenvolver, mas ainda carece de estratégias mais eficazes para consolidar essa tendência.

A análise da estrutura do emprego formal (figura 9) na Paraíba mostra concentração na indústria de transformação, que respondeu por 60% a 70% dos postos de trabalho. Esse setor, que inclui alimentos, metalurgia e atividades têxteis, apresentou relativa estabilidade, com queda a partir de 2019, possivelmente em virtude dos impactos da pandemia de Covid-19 e da concorrência de outros Estados.

A construção civil aparece como o segundo maior empregador (a participação varia de 20% a

30%), um comportamento cíclico, característico do setor. À queda de 2020 seguiu-se uma recuperação nos anos de 2021 e 2022. Isso indica resposta positiva aos investimentos em infraestrutura e em programas habitacionais.

Os serviços de utilidade pública (energia água e saneamento) mantiveram participação entre 6% e 7%, enquanto a extrativa mineral permaneceu com peso insignificante (inferior a 5%), o que evidencia exploração limitada dos recursos minerais do Estado. Em síntese, verifica-se uma estrutura produtiva pouco diversificada, com alta dependência da transformação da indústria tradicional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atividade industrial da Paraíba, de 2016 a 2022, avançou significativamente na quantidade de estabelecimentos, na geração de empregos formais e na produção. Os dados demonstram que, após retração (sobretudo antes de 2020), o Estado apresentou uma recuperação expressiva: em 2021, o número de unidades chegou a 9,21%; em 2022, 10,51%, um total de 1.914, o maior patamar da série histórica. Analogamente, o emprego formal, que havia registrado queda acumulada de 8,3% entre 2016 e 2019, voltou a crescer a partir de 2020. Em 2022, o aumento foi de 7,6% em relação ao ano anterior.

Esse desempenho esteve diretamente relacionado à atuação da Companhia de Desenvolvimento da Paraíba (CINEP), que aprovou 232 projetos entre 2019 e 2022. Isso resultou em mais de 5 mil empregos diretos. Os programas de incentivo, em especial o Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Industrial (FAIN), foram eficazes na atração de empreendimentos e na sustentação da atividade produtiva em épocas críticas, como a pandemia de Covid-19, por exemplo. Ao mesmo tempo, os dados do PIB estadual confirmaram resiliência: a Paraíba saiu de R\$ 59,1 bilhões, em 2016, para R\$ 63,5 bilhões, em 2022, e no ano de 2020 conquistou a quarta melhor taxa de crescimento do Nordeste, em contraste com a oitava posição do ano anterior.

Em suma, o setor industrial da Paraíba apresentou resultados expressivos no período estudado. Registraram-se avanços na geração de empregos, na

expansão da base industrial e na recuperação econômica em um contexto adverso. A experiência recente consiste em um referencial não apenas para o próprio Estado, mas também para outras unidades federativas interessadas em construir políticas industriais regionais alinhadas à justiça territorial e à transformação social.

REFERÊNCIAS

CHAVES, Luiz Carlos. **A industrialização: emprego e processo de trabalho no Brasil**. Revista *Katálysis*, Florianópolis, v. 11, n. 1, p. 105–113, jan./jun. 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/7178>. Acesso em: 19 maio 2025.

CINEP – Companhia de Desenvolvimento da Paraíba. **Relatório Institucional 2011–2015**. João Pessoa: CINEP, 2016.

FIANI, R. **Economia Brasileira Contemporânea**. 3 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2007.

GOVERNO DA PARAÍBA. **PIB da Paraíba alcança quarta melhor taxa de crescimento no Nordeste, revela IBGE**. Disponível em: <https://paraiba.pb.gov.br/noticias/pib-da-paraibaalcanca-quarta-melhor-taxa-de-crescimento-no-nordeste-revela-ibge-2>. Acesso em: 04 de dezembro de 2022.

MENDES, C. C. et al. **A Paraíba no contexto nacional, regional e interno**. Rio de Janeiro, IPEA, 2012. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=15454. Acesso em: 29 set. 2025.

RODRIGUES, A. M. **Relatório de Gestão CINEP 2023**. João Pessoa: Companhia de Desenvolvimento da Paraíba, 2023.

SILVA, A. L. C. **A indústria e o desenvolvimento econômico da Paraíba: limites e potencialidades**. João Pessoa: Ideia, 2014.

Sobre os Autores

Wilton Macedo Santos

Doutorando em Economia Regional e Políticas Públicas (PERPP) - Universidade Estadual de Santa Cruz.

ORCID: 0009-0008-7073-9296

wmsantos@uesc.br

Byanca Pereira Soares

Mestranda em Economia Regional e Políticas Públicas
(PERPP) - Universidade Estadual de Santa Cruz.

ORCID: 0009-0008-5901-8631

bpsoares.perpp@uesc.br

Gustavo Joaquim Lisboa

Doutor em Ciências, Políticas Públicas, Estratégias e
Desenvolvimento - Universidade Estadual de Santa Cruz.

ORCID: 0000-0001-6497-630X

gustavo_lisboa@uesc.br

Aniram Lins Cavalcante

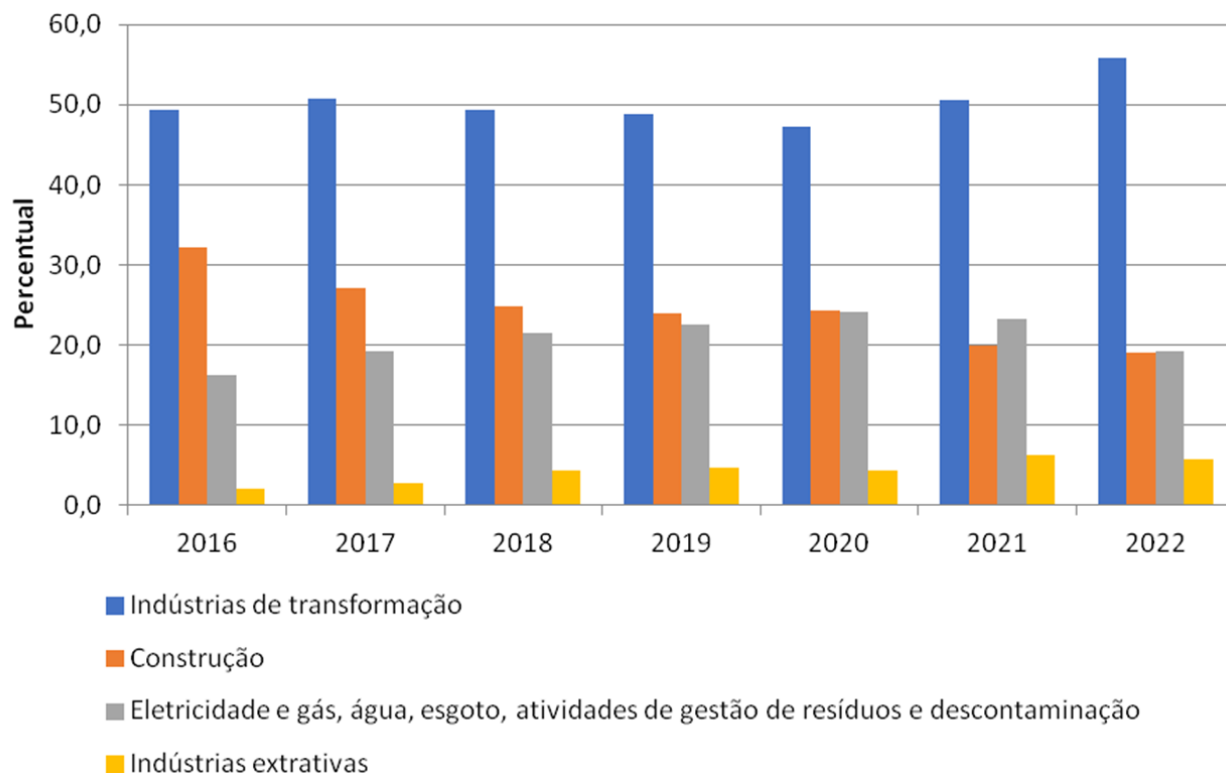
Doutora em Economia Regional e Meio Ambiente
(PRODEMA) - Universidade Estadual de Santa Cruz.

ORCID: 0000-0003-2006-2041

alcavalcante2@uesc.br

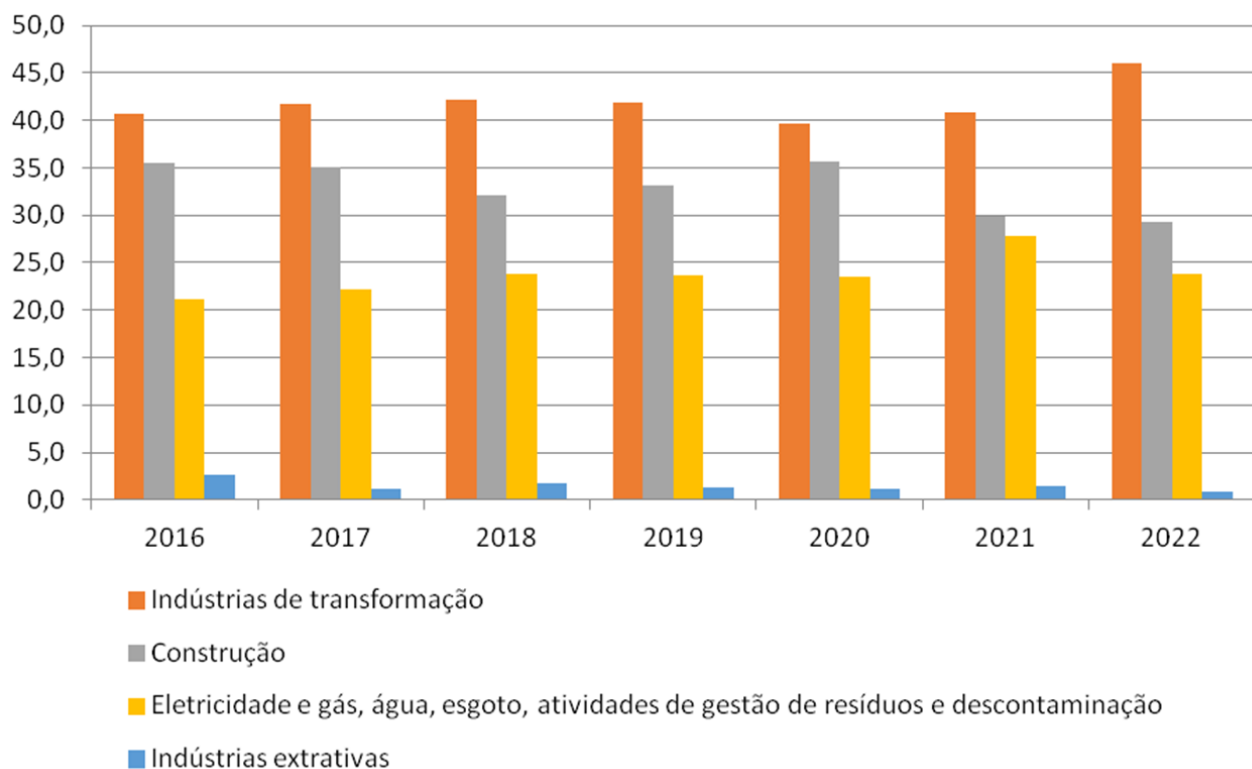
APÊNDICES

Figura 1: Participação por setor no Valor Adicionado Bruto da Produção (VAB) do Nordeste (2016-2022)



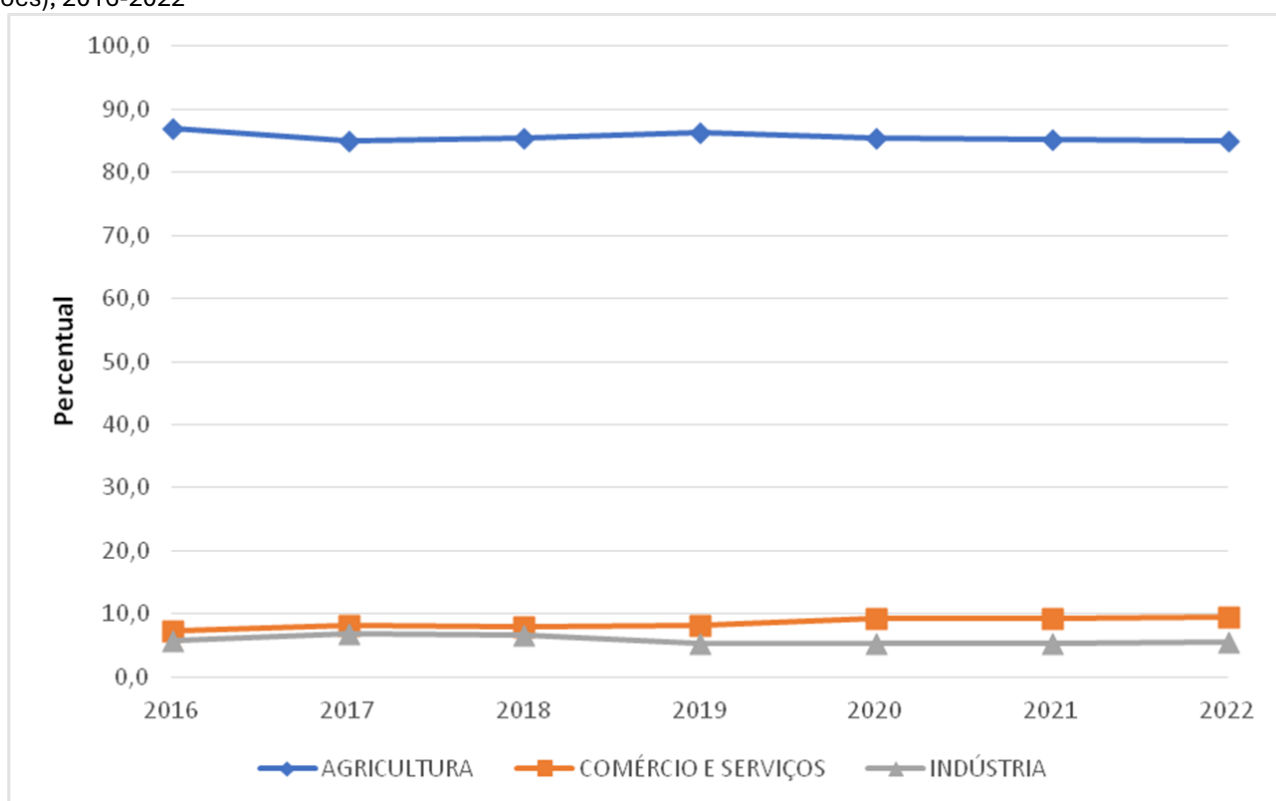
Fonte: IBGE (2025).

Figura 2: Participação por setor no Valor Adicionado Bruto da Produção (VAB) do estado da Paraíba (2016-2022)



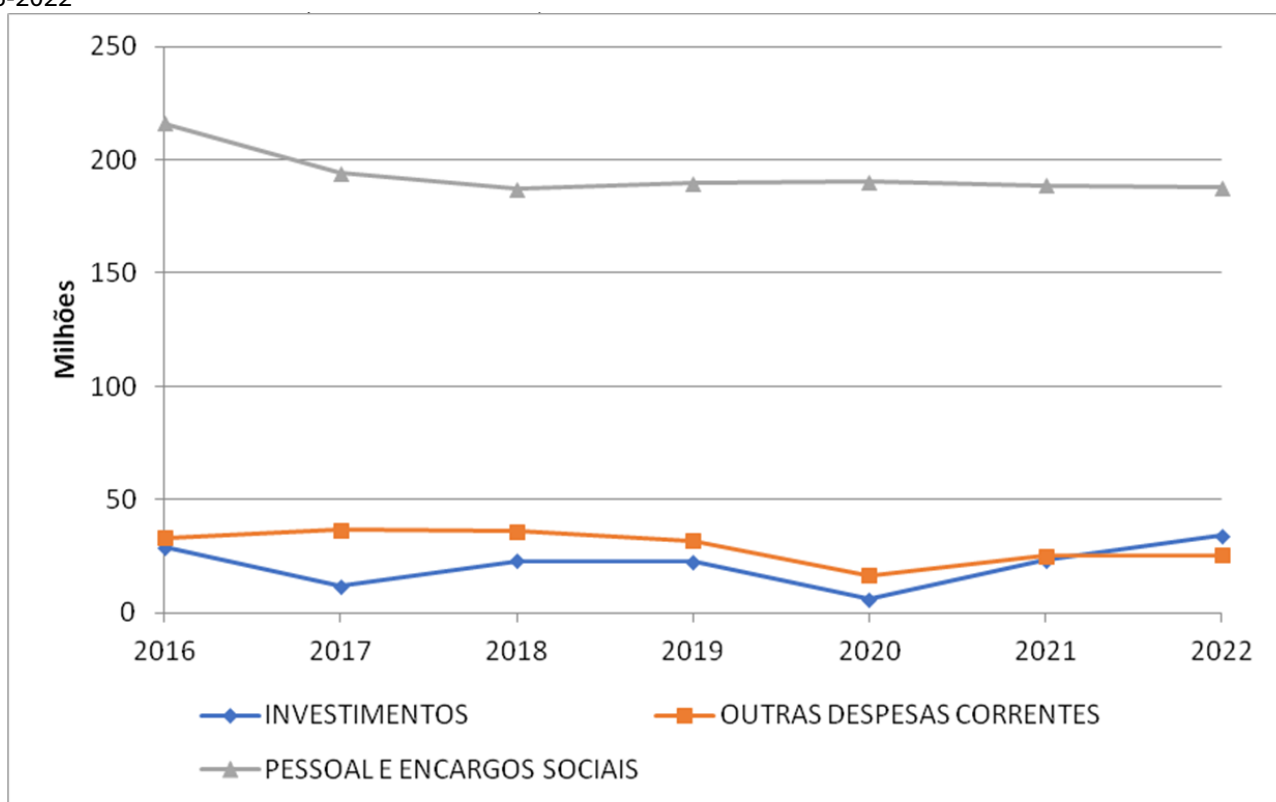
Fonte: IBGE (2025).

Figura 3: Percentual das despesas do estado da Paraíba por grande setor da economia a preços constantes de 2016 (em R\$ milhões), 2016-2022



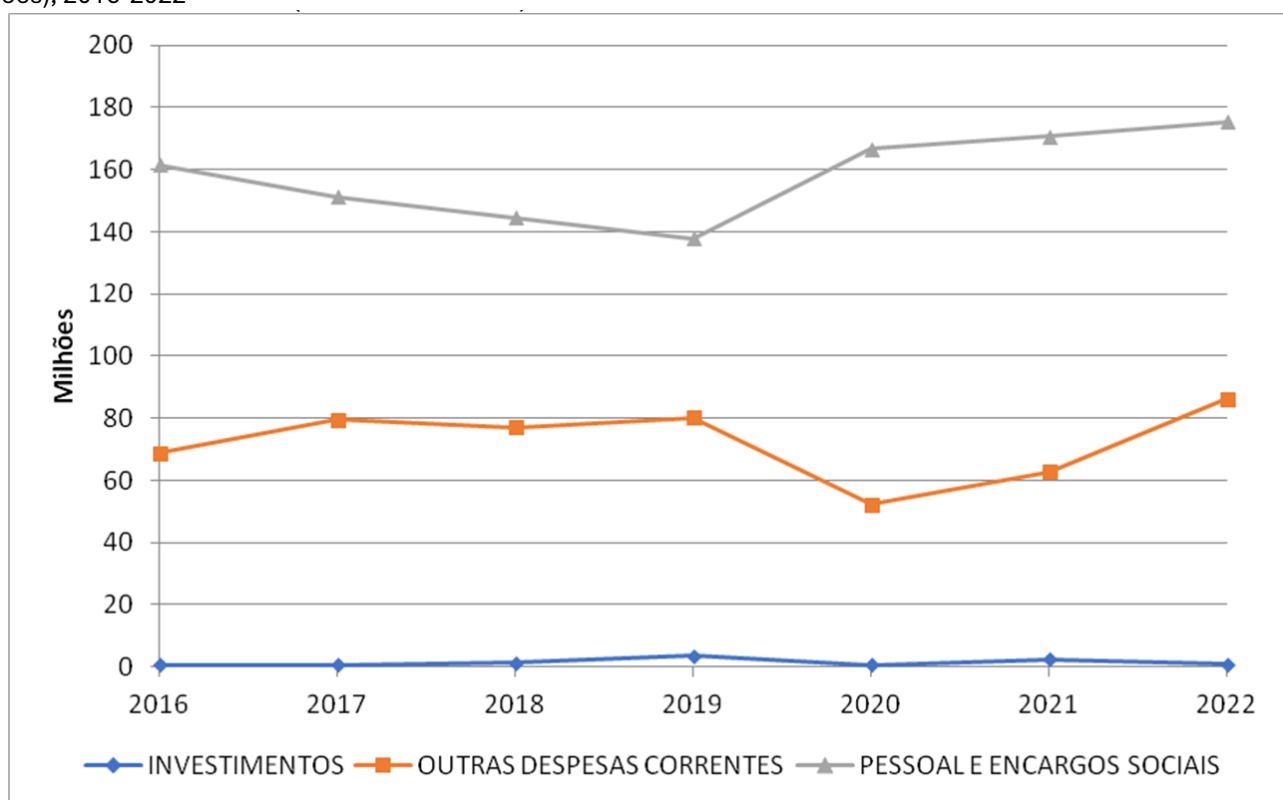
Fonte: Portal da Transparência da Paraíba (2025).

Figura 4: Distribuição das despesas destinadas à agricultura na Paraíba a preços constantes de 2016 (em R\$ milhões), 2016-2022



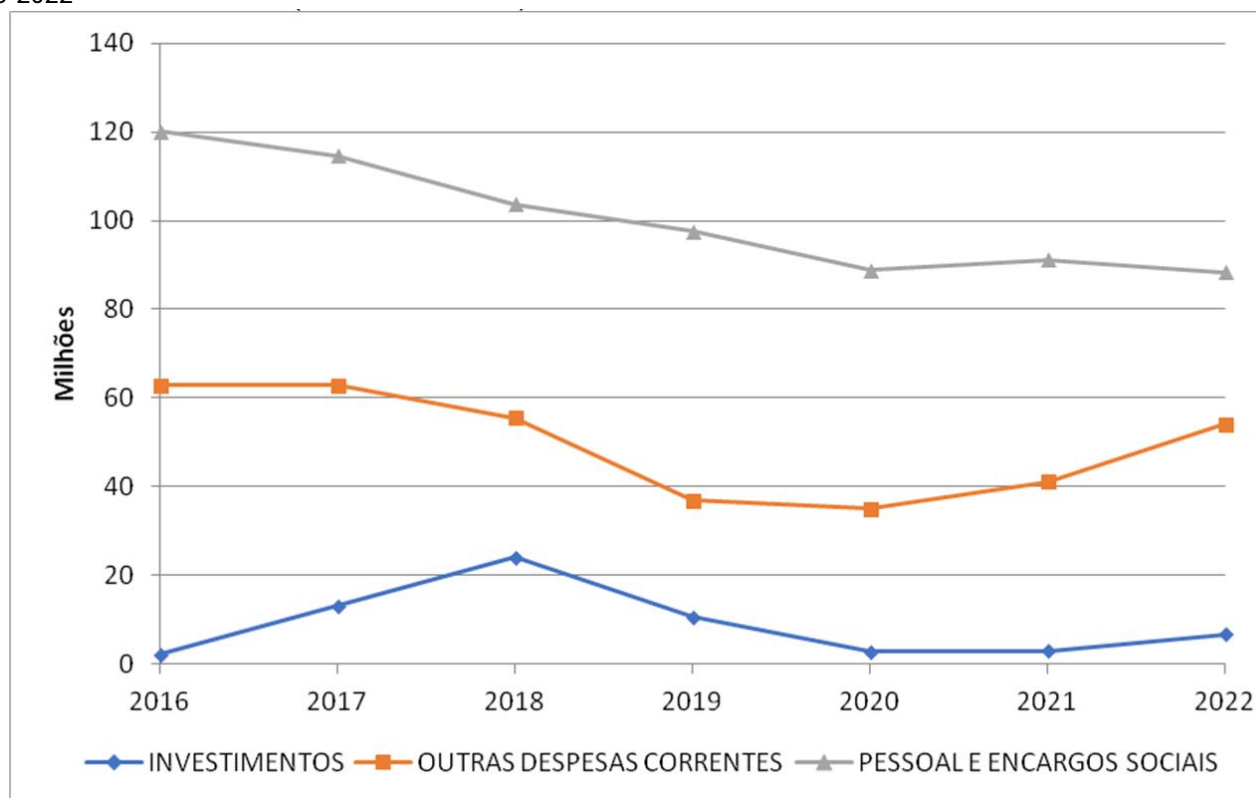
Fonte: Portal da Transparência da Paraíba (2025).

Figura 5: Distribuição das despesas destinadas ao setor de serviços da Paraíba, a preços constantes de 2016 (em R\$ milhões), 2016-2022

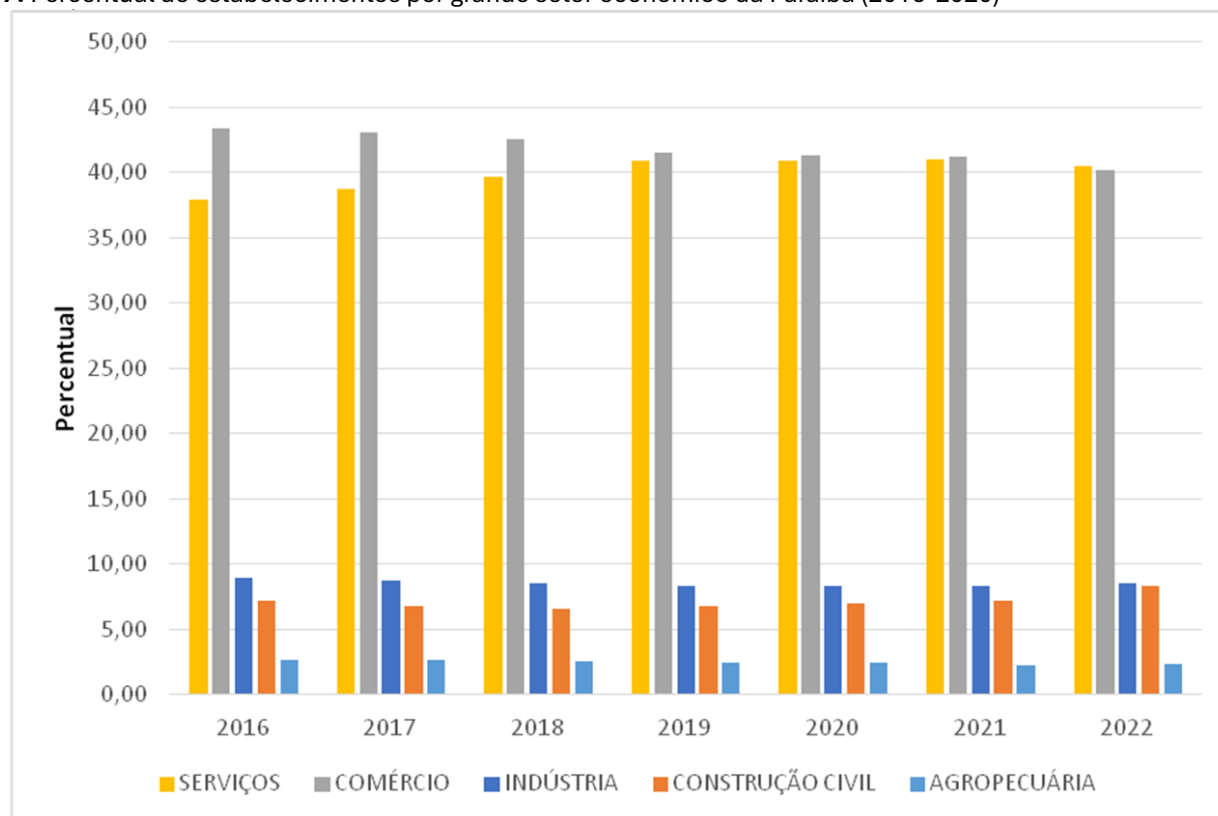


Fonte: Portal da Transparência da Paraíba (2025).

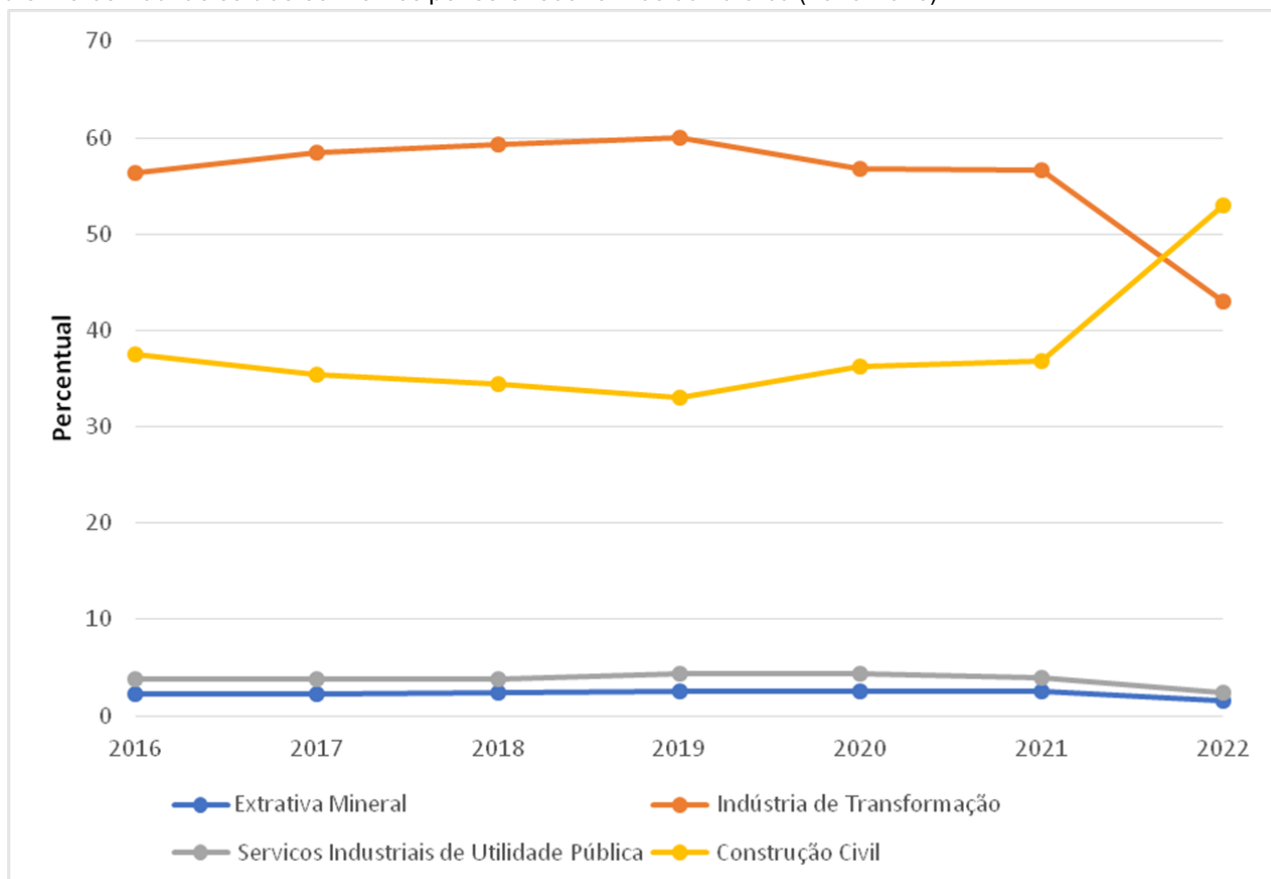
Figura 6: Distribuição das despesas destinadas ao setor industrial da Paraíba a preços constantes de 2016 (em R\$ milhões), 2016-2022



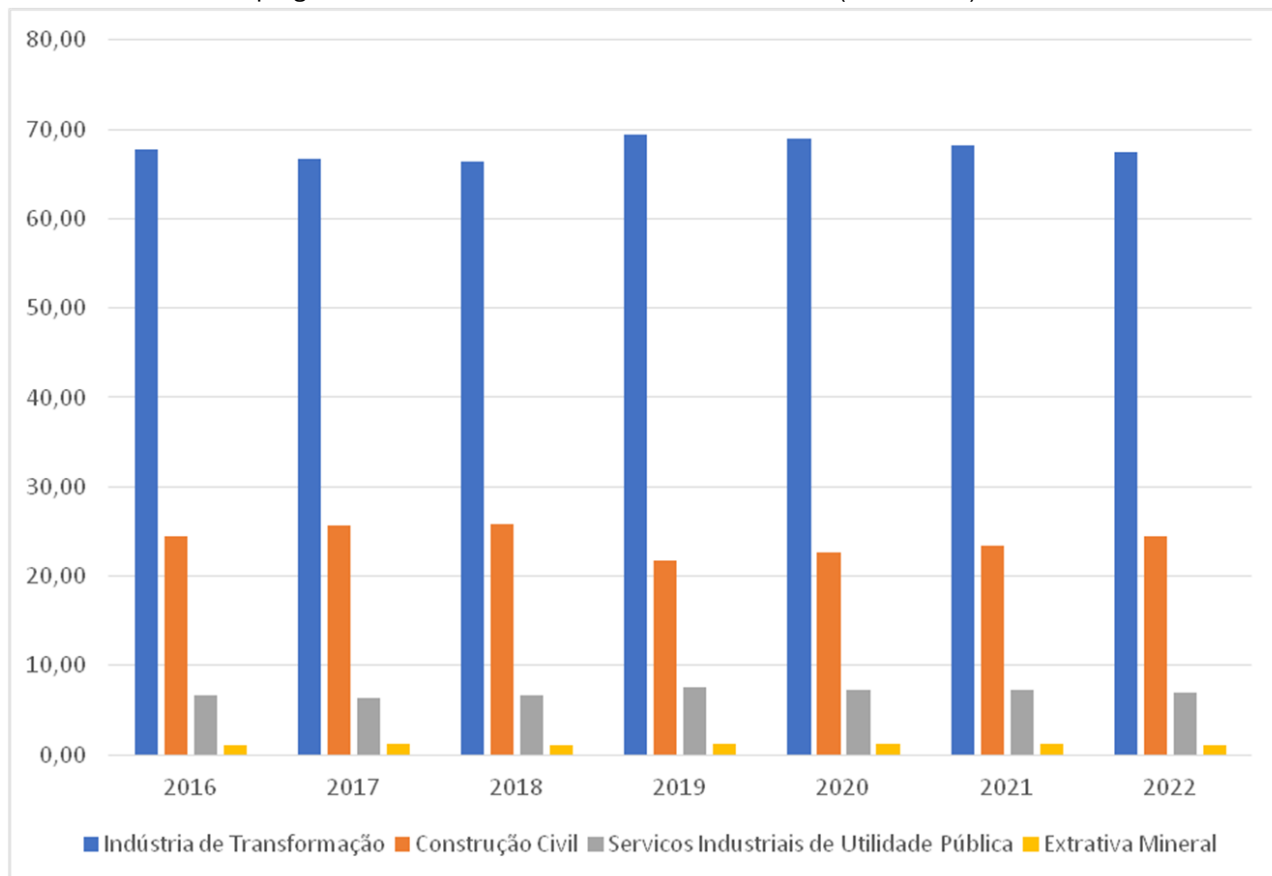
Fonte: Portal da Transparência da Paraíba (2025).

Figura 7: Percentual de estabelecimentos por grande setor econômico da Paraíba (2016-2020)

Fonte: RAIS/CAGED (2016-2022).

Figura 8: Percentual de estabelecimentos por setor econômico da Paraíba (2016-2020)

Fonte: RAIS/CAGED (2016-2022).

Figura 9: Percentual de empregos formais nos setores da indústria da Paraíba (2016-2020)

Fonte: RAIS/CAGED (2016-2022).

Tabela 1: Produto Interno Bruto a preços constantes de 2016 (em R\$ milhões) – Brasil, Nordeste e unidades federativas nordestinas (2016-2022)

Território	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Brasil	6269328	6396123	6561050	6631203	6530808	7025703	7430935
Nordeste	898362	926402	941012	939925	926220	969873	102345
Maranhão	85310	87025	91941	87358	91738	97478	103065
Piauí	41417	44065	47169	47371	48389	49936	53700
Ceará	138423	143727	146008	146787	143303	152004	157438
RN	59677	62460	62696	64006	61412	62518	69179
Paraíba	59105	60613	60270	61002	60320	60404	63464
PE	167345	176408	174534	177538	165899	172219	181269
Alagoas	49469	51334	50935	52899	54261	59448	56067
Sergipe	38877	39547	39336	40102	38973	40443	42295
Bahia	258739	261056	267950	263085	261976	275057	296764

Fonte: Elaborada pelos autores com base em dados deflacionados pelo IPCA (IBGE, 2023).

Nota: Valores deflacionados para preços constantes pelo IPCA de 2016, em milhões de reais.

Tabela 2: Participação do PIB a preços constantes de 2016 (em R\$ milhões) – Brasil, Nordeste e unidades federativas nordestinas (2016–2022)

Território	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Brasil	100	100	100	100	100	100	100
Norte	5,4	5,6	5,5	5,7	6,3	6,3	5,7
Nordeste	14,3	14,5	14,3	14,2	14,2	13,8	13,8
Maranhão	9,5	9,4	9,8	9,3	9,9	10,1	10,1
Piauí	4,6	4,8	5	5	5,2	5,2	5,2
Ceará	15,4	15,5	15,5	15,6	15,5	15,7	15,4
Rio Grande do Norte	6,6	6,7	6,7	6,8	6,6	6,5	6,8
Paraíba	6,6	6,5	6,4	6,5	6,5	6,2	6,2
Pernambuco	18,6	19	18,5	18,9	17,9	17,8	17,7
Alagoas	5,5	5,5	5,4	5,6	5,9	6,1	5,5
Sergipe	4,3	4,3	4,2	4,3	4,2	4,2	4,1
Bahia	28,8	28,2	28,5	28	28,3	28,4	29
Sudeste	53,2	52,9	53,1	53	51,9	52,3	53,3
Sul	17	17	17,1	17,2	17,2	17,3	16,6
Centro-Oeste	10,1	10	9,9	9,9	10,4	10,3	10,6

Fonte: Elaborada pelos autores com base em dados deflacionados pelo IPCA (IBGE, 2023).

Nota: Valores deflacionados para preços constantes pelo IPCA de 2016, em milhões de reais.

Tabela 3: Produto Interno Bruto per capita a preços constantes de 2016 (em R\$ milhões) – Brasil, Nordeste e unidades federativas nordestinas (2016–2022)

Território	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Brasil (R\$)	30.422	30.818	31.444	31.556	30.838	32.946	36.609
Nordeste (R\$)	15.784	16.179	16.583	16.473	16.144	16.805	18.727
Maranhão	12.268	12.426	13.071	12.350	12.902	13.626	15.214
Piauí	12.894	13.693	14.455	14.473	14.751	15.185	16.426
Ceará	15.443	15.927	16.088	16.073	15.594	16.454	17.906
RN	17.173	17.815	17.985	18.252	17.386	17.563	20.944
PB	14.778	15.060	15.084	15.184	14.939	14.882	15.974
PE	17.783	18.626	18.376	18.584	17.252	17.797	19.998
AL	14.727	15.212	15.332	15.862	16.191	17.675	17.933
SE	17.159	17.288	17.271	17.451	16.813	17.304	19.144
Bahia	16.937	17.016	18.101	17.701	17.553	18.352	20.996
Sudeste	38.598	38.909	39.722	39.778	38.127	41.010	46.692
Sul	36.256	36.766	37.610	38.087	37.192	40.009	41.256
Centro-Oeste	40.424	40.390	40.451	40.267	41.153	43.523	48.419

Fonte: Elaborada pelos autores com base em dados deflacionados pelo IPCA (IBGE, 2023).

Nota: Valores deflacionados para preços constantes pelo IPCA de 2016, em milhões de reais.

Tabela 4: Distribuição e variação percentual das unidades industriais do Nordeste e da Paraíba (2016-2022)

Ano	Paraíba	Paraíba ($\Delta\%$)	Nordeste	Nordeste ($\Delta\%$)
2016	1746	-	23577	-
2017	1717	-1,66	21965	-6,84
2018	1681	-2,10	22627	3,01
2019	1648	-1,96	22954	1,45
2020	1586	-3,76	23063	0,47
2021	1732	9,21	23764	3,04
2022	1914	10,51	25053	5,42

Fonte: RAIS/CAGED (2016-2022).**Nota:** Valores deflacionados para preços constantes pelo IPCA de 2016, em milhões de reais.**Tabela 5:** Distribuição e variação percentual dos empregos nas unidades industriais do Nordeste e da Paraíba (2016-2022)

Ano	Paraíba	Paraíba ($\Delta\%$)	Nordeste	Nordeste ($\Delta\%$)
2016	79255	-	961029	-
2017	75771	-4,40	942551	-1,92
2018	75518	-0,33	946470	0,42
2019	72686	-3,75	940618	-0,62
2020	73806	1,54	945429	0,51
2021	78121	5,85	994559	5,20
2022	84057	7,60	1082202	8,81

Fonte: RAIS/CAGED (2016-2022).